



O ex-ministro acha utópico negociar com credores sem o FMI

Simonsen cobra novos pacotes

E utópico imaginar que possamos substituir o entendimento com o FMI por alguma negociação direta com os credores ou com o Governo norte-americano, pois isso abriria um precedente que teria de ser estendido a todos os países devedores. Não há lógica em esperar que os países que rompam com o Fundo consigam tratamento mais favorecido do que aqueles que cumprem as suas cartas de intenção. A afirmação foi feita pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, durante debate realizado ontem, na Comissão de Economia da Câmara, sobre o ajustamento da economia brasileira.

Segundo o Ministro, é por todos os títulos desaconselhável uma moratória unilateral. O México decretou temporariamente, embora com o cuidado prévio de acumular polpidas reservas cambiais, e embora seja um país exportador de petróleo. Ainda assim, a economia mexicana experimentou a mais séria das recessões com explosão inflacionária no final do ano passado, pela inevitável consequência da moratória unilateral, a perda dos créditos comerciais. No caso do Brasil, que além de importador de petróleo perdeu todas as suas reservas cambiais, as consequências seriam muito mais dramáticas. Para Simonsen, "antes de nos aventurarmos em qualquer bravata, vale olhar para a situação da Polônia".

DIFÍCIL AJUSTE

Abordando a questão do ajustamento da economia brasileira à crise internacional, salientou o ex-ministro do Planejamento que um país só pode acumular expressivo superávit comercial produzindo mais do que gasta em consumo e investimentos. Quando há tempo e reservas cambiais, a melhor solução é aumentar a produção sem cortar gastos, substituindo importações e estimulando exportações. Quando nem há tempo nem liquidez externa, como é o caso do Brasil em 1983, resta cortar gastos, o que implica um empobrecimento temporário da economia. Esse é o inevitável sacrifício de ajustamento. O problema é planejá-lo para que ele se distribua equitativamente e seja o mais breve possível.

Depois de salientar que a alternativa a uma recessão é uma mudança na estrutura dos preços relativos que leve o País a exportar mais e importar menos, o que só se consegue com uma desvalorização real da taxa de câmbio, o professor Simonsen afirmou que isso foi feito com a maxidesvalorização de 18 de fevereiro e com a Revolução 802, porém "um aspecto essencial foi esquecido: uma desvalorização real da taxa de câmbio acarreta uma perda temporária do poder aquisitivo da sociedade, pois os produtos importados ficam mais caros. Sucedeu que o nosso sistema de indexação pretendeu ignorar o problema reajustando salários, aluguéis e outros rendimentos pelo

INPC, e atrelando a ORTN ao Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. O resultado só poderia ser o recrudescimento da inflação, a exacerbada dos juros e o desemprego".

Agora, finalmente, o princípio do expurgo foi encampado pelo Governo. Na verdade - afirmou o ex-Ministro - quando a economia é obrigada a aceitar realinhamentos de preços relativos, o expurgo é inevitável. As opções da sociedade são apenas duas: o expurgo explícito, e que permite melhor dosagem e distribuição dos sacrifícios, e o expurgo indireto e de efeitos sociais incontroláveis pela alta da inflação, dos juros reais e da taxa de desemprego. Segundo Simonsen, se, antes da maxi, o expurgo estivesse vigorando, e de forma progressiva, ou seja, gravando mais os detentores de maior renda, muitos grupos não teriam ganho tanto dinheiro com a desvalorização cambial.

Advertiu, contudo, que o expurgo, por si só, não resolve o problema do ajustamento, pois apenas impede que a inflação, atualmente na faixa dos 120% ao ano, suba mais um patamar. Para baixar os juros e a inflação, Simonsen considerou que há três pontos fundamentais ainda não atacados: a disciplina dos gastos e do endividamento público num orçamento unificado e aprovado pelo Congresso Nacional, a separação das funções do Tesouro, do Banco Central e do Banco do Brasil e a marcha para a desindexação.

Segundo Simonsen, até agora o ajustamento da economia brasileira vem sendo baseado quase que exclusivamente no corte de investimento públicos e privados, o que é nocivo à produção, ao emprego e às perspectivas de crescimento futuro. "É preciso que a tesoura entre mais a fundo no consumo, e para tanto é indispensável a melhor arrumação das contas internas.

Ao defender a desindexação, o ex-ministro do Planejamento salientou que os expurgos transitórios nos índices de preços evitam que as altas corretivas de preços elevem o patamar inflacionário, mas não asseguram a sua redução. Para ele, o atual sistema de indexação é um poderoso realimentador das altas de preços e torna perversamente assimétricos os efeitos da política monetária. Quando esta se expande generosamente, como no final de 1979 e no início de 1980, a inflação se acelera rapidamente. Mas, quando vêm a fase contracionista, como a de 1981, os juros sobem, a recessão se aprofunda e os dividendos anti-inflacionários se mostram bastante magros.

Segundo Simonsen, para iniciar a marcha para a desindexação, a sociedade brasileira precisa convencer-se de um aspecto essencial: os atuais esquemas de correção automática de rendimentos garantem reajustes nominais mas não reais. Os assalariados, em 1978, eram reajustados apenas uma vez

por ano, quando a inflação anual era de 40%. A semestralidade não os fez viver melhor em 1983, quando a inflação está acima de 50% no semestre. Na realidade, os assalariados estariam muito melhor se nenhuma lei regulasse os reajustes, mas se o Governo diminuisse a regressividade do sistema tributário e contivesse juros e margens de oligopólio. Pois só esse, no seu entender, é o caminho indireto que assegurará a maior participação dos trabalhadores na renda nacional.

AS FORMAS

Simonsen afirmou que há três maneiras de se promover a desindexação gradual da economia: a primeira, consiste em estender progressivamente os intervalos de reajustes automáticos, não só no caso dos salários, mas igualmente no dos aluguéis, preços administrados, prestações do BNH e outras correções. A segunda forma é a aplicação dos redutores nos índices de preços, como se faz em Israel, onde os reajustes se baseiam em 70% da inflação passada. Uma terceira é a correção baseada na inflação prevista, e não na verificada no passado. E, como a mais democrática das soluções, que o ex-ministro revelou ser a da sua preferência, "é melhor deixar que a sociedade se desindeixe por conta própria, negociando livremente os reajustes contratuais."

O ministro analisou as recentes medidas do pacote econômico adotadas pelo Governo, afirmando que todas elas marcham na direção correta. Parece apenas - salientou - que há ainda muitas medidas adicionais necessárias: a unificação dos orçamentos, a melhor disciplina dos gastos e do endividamento interno, a estruturação do sistema monetário e a progressiva desindexação da economia. Simonsen salientou que "todas as economias têm suas peculiaridades, mas o Brasil parece estar abusando da originalidade."

DEBATES

No decorrer da reunião, que foi presidida pelo vice-presidente da Comissão de Economia, deputado Genivaldo Correia, do PMDB da Bahia, 14 deputados intervieram fazendo perguntas ao ex-ministro do Planejamento, manifestando preocupação sobretudo com o problema do endividamento externo e a capacidade do Brasil resistir aos choques externos.

A todas as colocações sugerindo um rompimento com o FMI ou uma renegociação a partir de posições rígidas da parte do Brasil, o ex-ministro do Planejamento respondeu repetindo os argumentos desenvolvidos em sua exposição inicial, segundo os quais de nada adiantaria o Brasil desejar tratamento preferencial, se há 900 bilhões de dólares de dívida externa de todo o mundo para serem administrados.